

DESESTRUTURAÇÃO

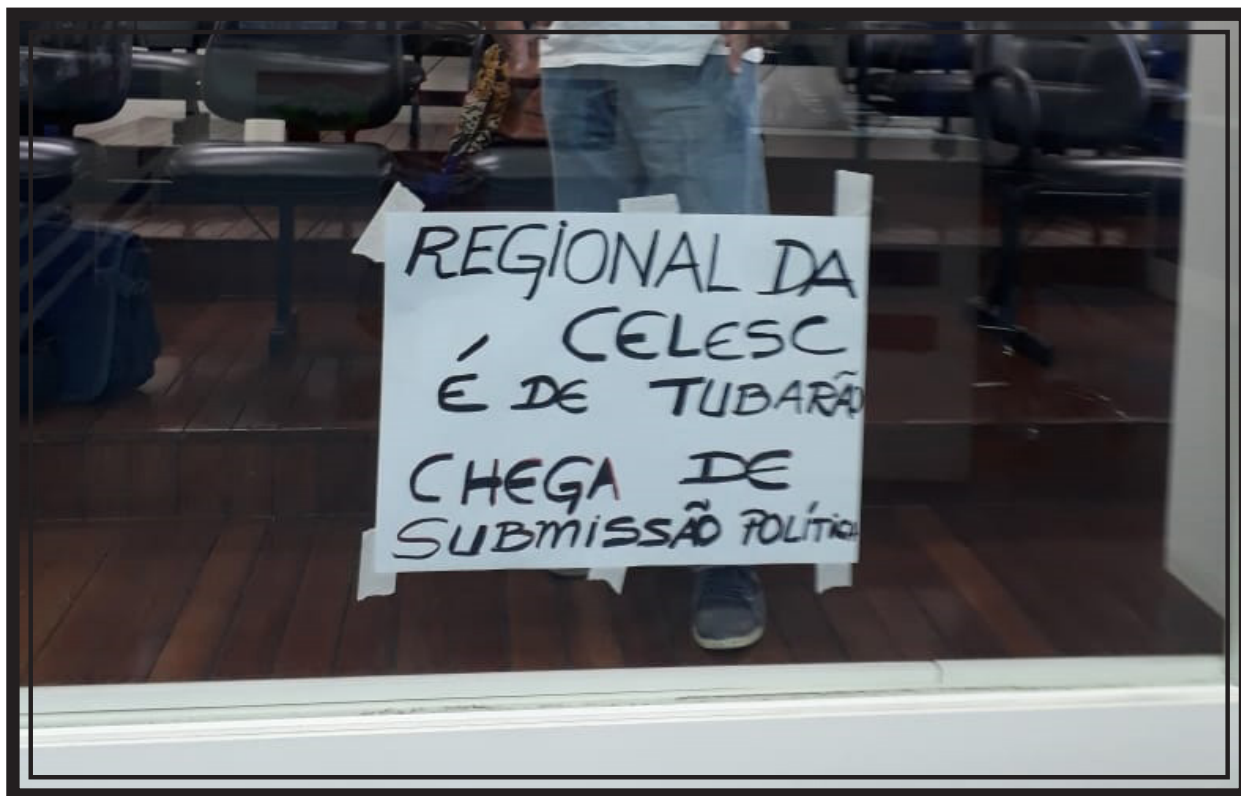
À portas fechadas, Presidente da Celesc encaminha golpe nas Agências Regionais e põe em risco atendimento à sociedade



DESESTRUTURAÇÃO

À portas fechadas, Presidente da Celesc encaminha golpe em Agências Regionais e põe em risco atendimento à sociedade

Um segurança armado nas portas do auditório Oswaldo Camili, no 5º andar da sede da Celesc. Cancela nos corredores impedindo a passagem de trabalhadores. Esse é o diálogo do Presidente Cleicio Poletto Martins. Esbanjando soberba e arrogância, o presidente da empresa tem se fechado ao diálogo com todos os agentes políticos do estado de Santa Catarina, esquecendo que a empresa é pública e deve explicações à sociedade catarinense. Priorizando uma campanha de marketing pessoal às custas da Celesc, Cleicio tem tomado atitudes extremamente prejudiciais à imagem da empresa. A incapacidade de comunicar à população o aumento do consumo e das faturas, deixando um rastro de críticas à empresa e ameaças aos trabalhadores. Escondido da imprensa, órgãos reguladores e políticos, Cleicio demonstra não entender o papel do presidente da Celesc, maior estatal de Santa Catarina, alicerce do desenvolvimento econômico e social do estado, nem perante a sociedade, nem aos trabalhadores. Desrespeitando os trabalhadores e suas representações, Cleicio permanece fechado em um mundo de faz de contas onde se põe em um pedestal e continua negando o diálogo com a Interce. Mas as ações da última semana foram de uma violência e inconsequência muito grande. Com um clima belicoso, tratando trabalhadores como ameaças, Cleicio se reuniu à portas fechadas com chefias da empresa para apresentar uma reforma da estrutura da empresa decidida em um grupinho fechado de qual alguns diretores nem participaram. Divulgada na imprensa antes mesmo de ter sido apresentada aos trabalhadores, a desestruturação das regionais gerou fortes críticas e repúdio de diversos setores da sociedade. Apresentado como "um modelo de gestão que agregue resultados rapidamente e melhore a eficiência para racionalizar os processos da empresa e manter a concessão", na verdade o projeto apenas recicla velhas ideias e não traz ganhos, nem operacionais, nem financeiros. Mas traz uma série de problemas políticos e de atendimento à sociedade, principal dever da empresa pública. E a sociedade já reagiu, criando mais uma lambança do presidente. Após sua divulgação, o presidente se recusou a receber o prefeito de Criciúma, Clésio Salvaro (PSDB), que procurou a empresa para defender que a agência regional de Criciúma fosse mantida na sua cidade e não em Tubarão. A postura do presidente foi duramente criticada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, Júlio Garcia (PSD), que foi categórico em entrevista: "É preciso que haja o mínimo respeito. Lideranças tentaram falar com o presidente da empresa durante horas e horas e não conseguindo. A Celesc não é privada, é uma empresa pública. Ela deve satisfação aos seus acionistas e a sociedade catarinense é acionista". Após uma comitiva de parlamentares e lideranças de Criciúma acampar na empresa exigindo uma reunião, Cleicio voltou atrás, em sua decisão, demonstrando o despreparo com que a proposta foi encaminhada.



PROPOSTA É GOLPE ANTIGO NAS REGIONAIS

Maquiada atrás da criação de núcleos está a redução de Agências

Para qualquer um que conheça minimamente a Celesc fica claro que a ideia de núcleos é uma fachada para a redução no número de Agências Regionais. E não é nova. É a reciclagem de um projeto de uma consultoria externa, apresentado em 2012 ao Conselho de Administração e que não leva em consideração o bom atendimento à sociedade. A abrangência das Agências Regionais tem motivos estruturais e políticos sim. Afinal de contas, a Celesc é o principal agente de políticas públicas para o desenvolvimento social do estado de Santa Catarina. E tanto a população quanto a classe empresarial deve demonstrar repúdio à atabalhoada decisão do presidente. Será que prefeitos, deputados, empresários, agricultores estão cientes das dificuldades que a centralização de decisões trará ao seu dia a dia? Será que a busca por uniformização de procedimentos administrativos não criará uma barreira em questões regionalizadas que hoje são facilmente resolvidas nas regionais? E, dada a volatilidade nas decisões, será que o presidente vai adotar o estilo de divulga e depois recua, como aconteceu com a pressão dos parlamentares do sul do Estado?

Muitas dúvidas surgem sobre todo este processo. Afinal de contas, se o presidente estava viajando nos últimos meses, como uma reestruturação desta magnitude surgiu de uma hora para outra? Discutida com toda a Diretoria Colegiada ela não foi. Aliás, nem a deliberação que oficializa a mudança foi assinada pelos diretores e, mesmo assim, a ideia já foi divulgada como concretizada, demonstrando

a incoerência que norteia os atos do presidente. E quem é o cérebro por trás deste projeto medonho?

Com carta branca do Governador, Cleicio tem sido visto no dia a dia da empresa como uma guilhotina: cabeças são cortadas sem explicação coerente, em decisões precipitadas trazendo insegurança aos trabalhadores, e que põem em risco todo o trabalho e esforço dos celesquianos na luta pela concessão. Aliás, o Governador do Estado é o responsável por toda a bagunça que seu escolhido tem feito na maior estatal catarinense.

O grande problema é que a bagunça do presidente atenta contra a Celesc Pública. E ninguém está à salvo, não importa se trabalha em um "núcleo" ou em uma "unidade". O que garante a manutenção da empresa sobre controle estatal é o trabalho dos celesquianos, atendendo à sociedade com respeito e qualidade. Além disso, o artigo 13º da constituição do estado regulamenta a necessidade de um plebiscito para privatização da empresa. Ou seja, é o povo que decide. Agora, quem vai querer a empresa nas mãos do estado quando o Governador indica um mandatário inconstante, arrogante e egocêntrico, que põe em risco o atendimento à população? O diálogo só é opção quando há espaço. E o presidente o fechou com seguranças, cancelas e atos irresponsáveis. É hora dos trabalhadores voltarem ao embate, defendendo a Celesc Pública e o bom atendimento à sociedade. A Celesc é um patrimônio do Estado. Não um brinquedo de um presidente mimado. Vamos à luta!

COLETIVO REPUDIA DECISÃO DO TST QUE CRIMINALIZA DIREITO DE GREVE

Decisão do TST é inconstitucional e atenta contra o direito de greve dos trabalhadores

O Tribunal Superior do Trabalho atentou contra o Direito de Greve dos trabalhadores eletricitários, julgando ilegal um movimento da categoria contra as investidas do Governo Temer para privatizar a Eletrobras. De acordo com o entendimento do TST, as greves contra a privatização são políticas e não econômicas e, por isso, são ilegais. Em nota, o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) afirma que a decisão do TST sobre a greve contra a privatização da Eletrobras realizada em junho de 2018 fere a constituição, uma vez que, em seu artigo 9º é assegurado "o direito de greve a todo trabalhador, competindo-lhe a oportunidade de exercê-lo sobre os interesses que devam por meio dele defender". A atuação do TST

demonstra a clara intenção de rebaixar direitos da classe trabalhadora, usando o judiciário para a implementação de um projeto neoliberal de destruição de direitos trabalhistas e de entrega do patrimônio Público.

Para o professor de Ciência Política da UNB, Luis Felipe Miguel, a "maneira como a maioria do tribunal, comandada pelo notório Ives Gandra Filho, maneja estas categorias é tão rasa que não pode ser ingênua. É deliberada". Em pu-

blicação em uma rede social o professor questiona a decisão do Tribunal, expondo sua incoerência deliberada: "Como uma privatização, que aponta para demissões, redução de salários, deterioração das condições de trabalho e perda de autonomia laboral, não afeta os interesses estritamente "econômicos" dos trabalhadores?"

"Como uma privatização, que aponta para demissões, redução de salários, deterioração das condições de trabalho e perda de autonomia laboral, não afeta os interesses estritamente "econômicos" dos trabalhadores?"

que os trabalhadores de uma empresa - e ainda mais uma empresa pública - devem ser vistos como externos a ela ou

então como maquinaria inanimada que é disposta a bel-prazer dos patrões, não como participantes interessados em seu futuro?"

A nota do CNE ainda destaca o caráter inconstitucional da decisão do Tribunal: se cabe aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e sobre os interesses que serão objeto de defesa por meio da greve, por certo não cabe ao judiciário trabalhista promover indevidas restrições ao direito, sob pena de esvaziar a máxima efetividade e a força normativa da própria constituição". Desta forma, segundo o CNE, caberá ao Supremo Tribunal Federal a palavra final sobre a questão, uma vez que o direito à greve tem estatura constitucional.

CNE DEFENDE ELETROBRAS PÚBLICA

Ministro diz que capitalização ainda não está definida



O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) esteve reunido com o Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, no último dia 15. Nessa reunião também participaram os senhores Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, presidente da EPE e Ricardo Cyrino, secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia (MME). O Coletivo defendeu a manutenção da Eletrobras Pública, apresentando informações sobre o perigo que ronda a empresa, principalmente em relação ao processo de capitalização da Eletrobras, que da forma como está sendo apresentado, será uma simples transferência do controle de nossas empresas para o controle de outros países. O CNE explanou não ser contra a abertura de capital da Eletrobras, desde que seja mantido o controle acionário da holding, apresentando que as normas internas da empresa, os acordos coletivos e a própria legislação existente ratificam a necessidade de que os trabalhadores sejam ouvidos nesse processo.

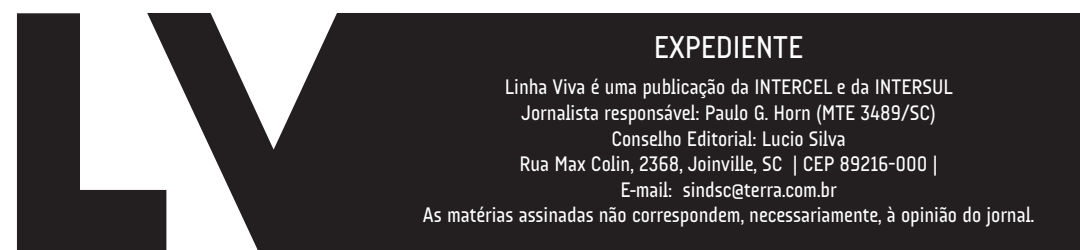
O Ministro afirmou que não possui ainda uma posição fechada sobre a situação da Eletrobras, e que ainda está consolidando informações. A secretária-executiva do MME, Marisete Pereira, afirmou à Folha de São Paulo que o governo está reavaliando o modelo de capitalização, o que joga o debate da privatização da empresa para 2020.

ENERGIA VITAL PARA O BRASIL!

Intersul realiza planejamento da campanha de data-base



Após o planejamento do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) ter definido os meses da campanha de data-base nacional dos trabalhadores da Eletrobras, a Intersul está reunida para planejar a campanha específica dos trabalhadores da Eletrosul. Nos dias 19, 20 e 21, os dirigentes sindicais debaterão o futuro da Eletrosul diante dos ataques à empresa pública e aos direitos dos trabalhadores, consolidando as assembleias para definição da pré-pauta de reivindicações. As assembleias serão divulgadas em boletim, mobilizando a categoria para a luta.



ESPERO A TUA (RE) VOLTA

*Filme sobre ocupações
em escolas ganha
prêmio em Berlim*

Defendendo a educação igualitária, o filme brasileiro Espero tua (re)volta, da diretora Eliza Capai, conquistou neste sábado 16 o Prêmio da Anistia Internacional (AI) e da Paz na Berlinale, Festival Internacional de Cinema de Berlim.

O filme, exibido na mostra Generation, fala sobre os protestos de estudantes de 2015, quando meninos e meninas ocuparam escolas de São Paulo para exigir melhores condições de aprendizagem. O longa-metragem expõe a “repressão sofrida por estudantes que procuram defender o acesso à educação livre”, destacou o júri da AI. Emocionada, Eliza Capai recebeu o prêmio como um convite a “seguir lutando por esse direito básico”. “Imaginem que seus filhos saem às ruas porque o governo quer fechar as escolas e são recebidos com bombas de gás lacrimogêneo e pancadas”, apontou a atriz austríaca Feo Aladag, do júri da AI, ao entregar o prêmio.

O filme de Capai recebeu, além disso, o Prêmio da Paz, que é dado pela Fundação Heinrich Böll, como expoente do cinema comprometido com a coragem cívica, segundo o júri.

Ambas as distinções, a da AI e a da Paz, fazem parte dos prêmios dos júris independentes antes da cerimônia de entrega dos Ursos de Ouro.

No ano passado, outro filme de um diretor brasileiro, THF Aeroporto Central, de Karim Ainouz, também foi agraciado com o Prêmio da Anistia Internacional no Festival de Cinema de Berlim.

Publicado originalmente no site www.cartacapital.com.br

